

## **A ética na (e da) política: a responsabilidade dos partidos**

*Paulo Roberto de Almeida*

(pralmeida@mac.com; www.pralmeida.org)

Frases verdadeiramente sinceras não costumam freqüentar o palavreado dos políticos, acostumados a um vocabulário que pratica o dom da ambigüidade. Quando o fazem, recebem imediato destaque mediático, correndo o risco de ver decretada sua inscrição compulsória numa lista de “frases do ano”, como ocorreu com o apotegma falsamente franciscano do “é dando que se recebe”, introduzido por um deputado do chamado “Centrão” durante a Constituinte de 1988 e que garantiu ao seu autor uma imediata, mas algo duvidosa, notoriedade pública.

Mas não são apenas as frases que marcam a atividade política e sua ambígua relação com a moral, ou com a ética pública. Também são os atos que revelam um pouco do comportamento dessa curiosa fauna que nos representa no Congresso nacional e que por vezes exerce cargos ministeriais. Tome-se por exemplo o caso recente de alguns ministros que viajaram com recursos públicos, mas que ainda assim receberam diárias oficiais “em excesso”, digamos assim, ou aqueles que o fizeram por motivos particulares, mas encontraram uma maneira de travestir seus negócios privados como se fossem de interesse público, para assim poderem usufruir das mesmas vantagens pecuniárias, que podem beirar o ilícito funcional.

Essas frases e atos têm a virtude de colocar em termos claros uma questão que há muito frequente a atualidade brasileira: a desonestidade da política, ou melhor, a desonestidade dos políticos. Simples questão de justiça ou problema de moralidade pública? A chamada questão moral, ou seja o problema da desonestidade política, apresenta uma seqüência conhecida dos especialistas, como dos simples observadores políticos: ela vem a tona por ocasião de algum escândalo momentaneamente original — e portanto de repercussão mais dramática nos meios de comunicação —, mas este sempre é recuperado logo adiante ou acaba “normalizado” pela inexistência prática (ou fabricada) de responsáveis diretamente incrimináveis, para cair finalmente no esquecimento de uma imprensa eternamente à cata de “escândalos frescos”. Aqueles que ameaçam com “cadeia” estão justamente caindo na “normalidade” do vocabulário político, oferecendo em frases ôcas remédios que sabem ser inexecutáveis, pelo menos neste Brasil tão complacente com políticos de honestidade duvidosa.

O problema, podemos dizer, não é apenas brasileiro, pois a classe política de respeitáveis países desenvolvidos também já esteve envolvida em negócios e operações de moralidade algo dúbia, quando não claramente ilegais. A diferença, retorquirá o pessimista tupiniquim, é que aqui as saúvas não são incomodadas por nenhum tipo de judiciário ou procurador público, como em terras de puritanos auto-penitentes. De acordo, concede o racionalista, mas vejamos, por exemplo, os casos da Itália e do Japão: há exemplos de democracias avançadas que tenham grande parte de seus políticos em tamanho descrédito como esses países dois situados nas antípodas da cultura política contemporânea? Os Estados Unidos não têm, por sua vez, uma classe política mais virtuosa do que suas congêneres dos países citados, mas ostenta, provavelmente, uma das imprensas mais combativas do planeta, além de uma justiça pouco complacente com os “desviantes”.

Em todos esses países a chamada “questão moral” costuma freqüentar o universo do jornalismo político e chega mesmo a ingressar nas salas dos tribunais. O problema da desonestidade política é praticamente universal, ainda que ele encontre arranjos nacionais absolutamente específicos do ponto de vista da ética pública. O tratamento dessa questão, digamos desde já, não pode ser equacionado com a introdução de simples reformas institucionais, mas parece exigir uma espécie de redirecionamento cultural e ético da classe política, algo como uma “reforma moral” que diminua o abismo aberto na base da sociedade política entre a “ética dos resultados” e a “ética dos valores”.

A divisão entre princípios e resultados, ou entre ética coletiva e ética individual, sempre existiu, desde os tempos de Hamurabi pelo menos, tendo sido dissecada teoricamente pelo florentino Maquiavel. No dizer de um italiano contemporâneo, o filósofo (e também político) Norberto Bobbio, tal divisão é inevitável e constitui mesmo uma tensão estrutural da política. Grande parte da corrupção disseminada que afeta a vida pública e mesmo a sociedade brasileira como um todo decorre dessa divisão e, mais especificamente, deriva da dicotomia existente entre o poder e a responsabilidade dos partidos políticos. Eles podem deter o poder, mas raramente assumem todas as responsabilidades que daí decorrem.

Se a “desonestidade” tem suas raízes na irresponsabilidade moral e política dos partidos, uma ação corretiva deveria preocupar-se sobretudo com a reconstituição dos limites e os termos dessa responsabilidade. Podemos apresentar duas ordens de

problemas, uma de caráter institucional (responsabilidade externa), caracterizada pela introdução de novas normas de ação partidária, e outra de natureza propriamente moral (responsabilidade interna), chamando à responsabilidade e obrigando pessoalmente os responsáveis partidários.

O estabelecimento de novas regras políticas e institucionais, no primeiro conjunto de questões, deveria incidir, preferencialmente, sobre quatro problemas cruciais. O primeiro consistiria em reduzir a “invasão” dos partidos sobre as agências do Estado, fenômeno típico das realidades brasileira e italiana, nesta chamada de “lotizzazione”, onde existem, por exemplo, “zonas de administração cativa”, diretamente controladas pelas lideranças dos partidos. A solução desse tipo de problema não requer, necessariamente, uma “privatização” (ao estilo reaganiano ou tatcherista) das instituições públicas desses subsistemas — que podem envolver saúde, transportes, educação, eventualmente canais de televisão pública etc. —, mas pode passar pelo estabelecimento de um sistema gerencial de gestão, eventualmente de forma descentralizada, bem como por um controle público desses setores por parte do Parlamento e dos órgãos de fiscalização.

A essa “despartidarização” das atividades públicas segue-se um segundo problema, ligado à possibilidade de alternância na vida política. A rigidez aparente do jogo político no Japão, por exemplo, com a ausência de fato de mudança nas elites políticas, significou a inexistência de qualquer mudança ao nível das forças políticas que desempenhavam o papel de liderança política e de governo, durante a maior parte do pós-guerra, o que pode ter contribuído para o aumento da corrupção da classe política, o que ocorreu igualmente com a democracia-cristã no caso da Itália. No sistema político brasileiro, ocorreu, de fato, durante muitas décadas de vida republicana, uma aparente instabilidade política mas uma notável estabilidade na classe política, gerando uma situação de “imunidade prática do poder”.

A eleição de Lula e a chegada de um verdadeiro partido de oposição, o PT, ao poder, podem assim conformar, ao contrário do que as aparências indicam, uma real possibilidade de democratização e de renovação da vida política, à condição, obviamente, de que o PT no poder não venha a reproduzir os mesmos velhos vícios do sistema político brasileiro da era das oligarquias e das “máquinas partidárias”, com lideranças que apenas lutavam para se substituir na zona central do poder, sem pretender de fato tornar o sistema mais transparente ou responsável. O que ocorre atualmente é uma certa

institucionalização do sistema político-partidário, mas tendo como centro um partido razoavelmente democrático para os padrões brasileiros.

O terceiro problema se refere ao controle dos partidos políticos. Os partidos, como os sindicatos — pelo menos no Brasil e na Itália — detêm um poder sobre o qual não prestam contas, senão (teoricamente) a um número reduzido de afiliados. Se os partidos e sindicatos pretendem tornar-se instituições verdadeiramente públicas, como deveria ser o caso, seria justo que eles se submetessem a escrutínios públicos periódicos, tanto sobre o seu modo de funcionamento, como sobre a legitimidade de seus estatutos e sobre a conformidade de seus atos com esses estatutos. A exigência de “transparência”, invocada para a administração executiva, deveria ser também levantada no caso dos partidos políticos e dos sindicatos. Estes últimos, no caso do Brasil, manipulam um certo volume de recursos públicos e não se tem notícia de que a contabilidade e a administração desses recursos tenham sido objeto de demonstrações transparentes de seu uso adequado.

O quarto problema seria o do “enriquecimento” cultural dos partidos e da própria classe política de modo geral. Devemos estar conscientes de que nenhuma norma legislativa ou administrativa seria capaz de melhorar a qualidade dos homens públicos. Mas, a inadequação qualitativa da classe política às tarefas cada vez mais complexas da sociedade atual é talvez devida ao tipo de recrutamento político resultante de critérios insuficientes de seleção partidária e eleitoral. Uma sociedade moderna, complexa e diversificada, tem necessidade de uma verdadeira elite política, constantemente enriquecida pela osmose dos partidos com setores específicos da sociedade civil (como são as empresas privadas e públicas, a burocracia governamental, o estamento acadêmico etc.). O ideal seria assegurar uma possibilidade de ampla mobilidade transversal nas funções representativas a partir de um “material humano” coletado no vértice das profissões (científicas, econômicas, culturais, administrativas), o que poderia propiciar uma seleção rica e uma renovação constante do corpo político. O ideal mesmo, para sermos coerentes com esse modelo, seria poder dispor de uma classe política entendida como missão e não como *establishment* profissional como muitas vezes ocorre.

A outra ordem de questões, de natureza interna ou propriamente ética, refere-se às regras morais individuais, à correção e à responsabilidade pessoal, que revertem, em última análise, na questão da “consciência moral” dos políticos. É aqui que se situaria a

“reforma moral” a que nos referimos acima, o redirecionamento cultural e moral dos políticos, como forma de reduzir a distância aberta entre a ética dos resultados e a ética dos valores.

A tensão entre essas duas esferas não pode evidentemente ser suprimida, mas poderia ser sensivelmente reduzida. Todos concordam em que a sociedade tem necessidade de políticos que demonstrem agressividade, competitividade e uma boa dose de ambição e de vaidade pessoais, mas ela carece também de outros valores, como os da solidariedade, da equidade e certamente o da justiça. A esquerda, por estar supostamente comprometida com esses antigos valores, ente os quais se situam os do altruísmo e do solidarismo, deveria ser mais sensível a esse aspecto do jogo político, mas nem sempre ela o demonstra (como ocorreu, por exemplo, nas discussões em torno da reforma da previdência, quando muitos de seus representantes ficaram comprometidos numa teia de interesses corporativos, negligenciando os da sociedade como um todo).

Mais importante ainda, os antigos valores da moralidade individual não poderiam desaparecer com a subida ao poder das mais importantes lideranças de esquerda ou serem abandonados durante o processo de institucionalização de seu partido mais representativo. Assim, ser de esquerda, hoje em dia (e sempre), deveria compreender também certas obrigações e escolhas individuais de moralidade pública, que contrastam com a arrogância dos velhos “coronéis” da política, que já não precisam preocupar-se nem com a sua imagem (por manipularem meios de comunicação ou “currais eleitorais”), nem com o cinismo da sua política de negócios públicos para fins privados. Se os princípios da moralidade individual não se encarnam nos homens, os princípios éticos da sociedade correm o risco de se esgotarem, perdendo a política aquela base de consenso autêntico — fundado sobre os princípios — sem a qual pode existir automatismo, mas não auto-determinação. Sem um *reforma moral* da política partidária no Brasil, a esquerda atualmente no poder poder estar seriamente destinada a encerrar, ao término de seu atual mandato, um ciclo auspicioso da vida política brasileira, que tão grandes esperanças criou em imensos setores da opinião pública.

Paulo Roberto de Almeida  
Joinville, 30 de outubro de 2003  
Relação de Trabalhos: 155/1138